



Nº 3, março 2011

PONTO DE VISTA

Perspectivas sobre o Desenvolvimento



Interesses das Associações Coletivas do Empresariado e Políticas Públicas no Brasil na Virada do Milênio

PONTO DE VISTA, Nº 3, março 2011
ISSN 1983-733X

Wallace Dos Santos de Moraes*

i. Introdução

O objetivo deste *paper* é identificar e comparar as propostas de políticas públicas das Federações das Indústrias dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro (FIESP e FIRJAN), consubstanciadas em seus documentos públicos e no congresso daquela. Daremos especial enfoque às mudanças legislativas no âmbito do trabalho na nova conjuntura que se delinea na virada do milênio.

A pesquisa está dividida em três partes, acompanhadas de suas subdivisões. A primeira introduz o tema por meio de exposição do nosso quadro teórico, bem como a metodologia para o exame dos documentos e da bibliografia sobre o assunto.

Na segunda e na terceira partes, passamos a especificar as posições da FIRJAN e da FIESP, respectivamente. Para tanto, descrevemos suas interpretações da conjuntura que embasam suas postulações de reformas, ao longo do último decênio, para o caso da FIRJAN, o que chamamos de interesses de médio prazo, e das propostas da FIESP materializadas em 2006, cunhadas de interesses de curto prazo. Em consequência, problematizamos as principais

* Professor adjunto PURO/UFF; pesquisador INCT/PPED.

exigências dessas entidades no que concerne às leis trabalhistas em vigor. É importante destacar que quanto às leis do trabalho não há grandes diferenças entre as análises das instituições. O núcleo duro de suas reivindicações é praticamente idêntico, mudando aspectos tópicos que não atentam contra as semelhanças gerais das proposições.

Empregar uma metodologia de pesquisa que contemple as propostas de alterações na legislação de médio e curto prazo é importante, pois assim poderemos verificar o quanto delas já foi contemplada pelos governos e responder as seguintes questões: 1) existe uma hegemonia da indústria nas políticas públicas do Estado brasileiro na virada do milênio? 2) Existe alguma diferença entre duas das principais associações coletivas do empresariado no Brasil quanto aos rumos que o Brasil deve seguir? Por último, fechamos o capítulo com uma convencional e breve conclusão.

No que concerne à posição da Firjan, este estudo está baseado em dois documentos e em dois periódicos, compreendendo o período total de janeiro de 1999 até dezembro de 2005. As datas justificam-se da seguinte maneira: no ano de 1999 foram publicados os dois principais documentos da Firjan, portadores das propostas centrais acerca da implementação das políticas orientadas para o mercado no Brasil, que nortearam a posição da mesma até os dias atuais. Dezembro de 2005 representava material mais recente quando do início desta pesquisa. Como existe uma diferença de seis anos entre o primeiro documento e o último periódico, foi necessário fazer um cotejamento para saber se as análises daquele eram apenas conjunturais e não refletiam hodiernamente a posição da entidade. Com efeito, constatamos que não há mudança de posição da Federação fluminense diante das reformas, seja ao longo do período pesquisado, seja nos diferentes documentos públicos da instituição. Ao contrário, as ideias se complementam; de outra maneira, a análise ficaria tautológica. Feita a comparação inicial, podemos afirmar que a análise se baseou, principalmente, no documento “Agenda Brasil e as Ações da FIRJAN” (1999)¹, recheada por passagens dos periódicos (1999-2005).

Já podemos adiantar que a observação dos documentos de 1999 possibilitou-nos verificar o quanto de influência teve a indústria nos governos, a partir da comparação de suas

¹ O referido documento serve como um guia para as ações da Federação junto aos setores governantes e à sociedade. Tal importância é mostrada quando, em setembro de 2004, ele é citado pelas lideranças da FIRJAN no seminário “A Hora do Investimento”, como baluarte para a retomada do investimento produtivo. Além de, em outros números da “Carta da indústria”, ele sempre ser citado como a posição do sistema FIRJAN acerca da estratégia de desenvolvimento para o país; trata-se, portanto, de uma verdadeira referência.

propostas com as políticas oficiais adotadas. Percebemos que muitas reivindicações de médio prazo do empresariado já foram atendidas pelos governos. Além do mais, há uma hegemonia das idéias defendidas pela indústria na sociedade – que paradoxalmente, não se reflete em hegemonia no bloco no poder.²

No que diz respeito à posição da FIESP, a pesquisa está baseada: 1) nos pronunciamentos apresentados no Congresso da entidade realizado em maio de 2006, na cidade de São Paulo; 2) no documento “Workpalestra” da FIESP (2006), que se propõe a resumir as principais idéias dos workshops de seu Congresso.

O método de análise de discursos, seja dos empresários, seja de seus intelectuais orgânicos, pode nos proporcionar entender melhor algumas reflexões que, por vezes, não são escritas, mas que são defendidas oralmente em público, dando uma dimensão mais real do que pensa a Indústria.

Por fim, poder-se-á perceber que as propostas da FIRJAN não contempladas pelo Estado continuam na pauta da FIESP, ao mesmo tempo em que surgem novas reivindicações em benefício dos interesses empresariais. Com relação às leis do trabalho, poucas são as propostas não congêneres entre as duas federações. Estabelecida nossa metodologia, passemos para a apresentação do nosso referencial teórico.

De antemão, descartamos o tipo de análise que concebe o empresariado como classe homogênea, sem conflitos internos substantivos, embora tenha, de fato, muitos interesses comuns. Outrossim, descartamos as interpretações que veem o Estado brasileiro como autônomo e imune às demandas das diversas frações de classe da sociedade. Também criticamos a ideia de que a burguesia é um ator passivo e incapaz de fazer prevalecer seu projeto hegemônico, tal como fora recorrentemente tratada no Brasil.

ii. Debate com o *approach* variedades de capitalismo (VOC)

Em que pese o modelo hegemônico de organização societal e de produção econômica do século XXI ser o capitalista, cujas características idiossincráticas de produção são encontradas em quase todas as partes do mundo, existem diferenças fundamentais entre as

² Conceito criado por Nicos Poulantzas (1971) para explicar a organização das frações da classe dominante na formação capitalista e explicitar as disputas entre elas pela hegemonia junto ao Estado.

economias políticas nacionais que determinam seus desempenhos econômicos e de bem-estar da sociedade. Esta é a principal tese da teoria “Varieties of Capitalism” (VOC)³.

A VOC assevera que existem diferentes posturas das firmas quanto às políticas sociais e, em particular, com relação às políticas trabalhistas nas LMEs (Economias de Mercado Liberais) e nas CMEs (Economias de Mercado Coordenadas), sendo estas últimas mais favoráveis à implementação e garantia de direitos aos trabalhadores.

Não obstante, quando Soskice e Hall (2001) afirmam que existem diferentes modelos de capitalismo, suas baterias estão voltadas para suplantar um modelo de análise muito usado por renomados intelectuais nas décadas de 1970/80/90: a teoria da modernização, segundo a qual o fator de transformação da economia se baseia na modernização das indústrias. Daí a ideia de progresso das firmas ser impulsionado por bancos, principalmente oficiais, e intervenções estatais que direcionariam investimentos em setores específicos. Portanto, o desenvolvimento da economia nacional dependeria do planejamento do sistema com base na intervenção do Estado no setor privado, e no controle do fluxo de fundos no sistema financeiro. Nesse sentido, os países são categorizados de acordo com a estrutura de seu Estado, em fortes e fracos (Soskice e Hall, 2001:2). Está embutida nesta análise a premissa de que todos chegariam a um ponto comum pelo desenvolvimento, isto é, a Europa e os EUA são modelos de desenvolvimento que devem ser seguidos, por exemplo, pela América Latina. A teoria da modernização, por sua vez, tem problemas de aplicação analítica, sobretudo no contexto de abertura em que o Estado desempenha um papel menor na condução econômica, ficando este encargo mais destinado às firmas, defendem Soskice e Hall.

Entretanto, com exceção da teoria da modernização e da teoria liberal, com seu postulado da mão invisível, nenhuma outra teoria concebe que existe um único capitalismo. Todas partem do pressuposto de que há diferentes papéis das economias nacionais no capitalismo. Pelo lado da teoria social-democrata, Esping-Andersen (1990), bem antes de Soskice e Hall, concebia a existência de diferentes modelos de *welfare state*. A própria tese do imperialismo de

³ Cujos principais formuladores são Soskice e Hall (2001). VOC se apresenta como um método de análise de economia política designado não só para identificar similitudes e diferenças entre as economias políticas nacionais, mas também para elucidar os processos através dos quais elas são transformadas. Assim, ela se propõe a avaliar a mudança institucional em todas as democracias desenvolvidas, com seus ajustes às transformações contemporâneas, mas também fornecer uma estrutura de pesquisa com a qual os significados daquelas mudanças podem ser avaliados.

Lênin (2000) desmitifica esta ideia. Portanto, alardear a existência de diferentes modelos de capitalismo não é nenhuma novidade.

Mas por que nos impressionamos com a defesa das teses de Soskice e Hall? A nossa percepção é que se trata de um problema menos teórico e mais jornalístico. Explicamos. A proeminente questão é que, com a hegemonia do neoliberalismo, recebemos quase que diariamente notícias e artigos jornalísticos apresentando o espaço econômico internacional como um grande mercado homogêneo, contra o qual não podíamos nos opor, um espaço livre da intervenção estatal, produzido pela existência e atuação das firmas globais e pelo suposto declínio do papel do Estado-nação. É produzido, portanto, um capitalismo único, sem fronteiras, com economias muito parecidas. Embriagados destas construções político-ideológicas, construídas, mais uma vez, pela teoria da mão invisível, amplamente difundida pelos grandes meios de comunicação, nos encantamos quando temos acesso a um estudo que aponta para diferenças fundamentais nas economias dos países da OCDE. Essa teoria traz aspectos relevantes que vão além da tese de variedades de capitalismo e, por isso, é pertinente que a estudemos. Vamos às suas principais considerações.

David Soskice e Peter Hall (2001) propõem um método que a partir do modelo institucional comparativo entre as economias nacionais permite perceber suas semelhanças e diferenças, sobretudo na conjuntura de abertura dos mercados especificamente para o caso dos países de capitalismo desenvolvido. Para efeito de interesse desta pesquisa, os vários ensaios organizados na obra citada sugerem que determinadas políticas sociais melhoraram as operações de mercado e realçaram as capacidades das firmas para alcançar seus objetivos.

A base de estudo do *approach* é centrada na economia política, povoada por múltiplos atores, cada qual perseguindo seus interesses em uma estratégia de interação racional com os demais.⁴ Os atores relevantes devem ser indivíduos, firmas, grupos de pressão e governos. Não obstante, este método de análise, em perfeita sintonia com a teoria de Olson (1999), é centrado na firma porque a reconhece como ator central na economia capitalista.⁵

⁴ De acordo com Soskice e Hall (2001:62), a literatura sobre a globalização tende a ficar entre dois polos. De um lado, estão os trabalhos que focam as instituições e caminhos que elas reproduzem como modelo estável de comportamento. Isto é, sua visão relativamente estática implica que os sistemas nacionais são improváveis para mudanças em face da globalização. Do outro lado estão os trabalhos que atribuem grande força às pressões associadas da globalização, as quais tendem a ver as práticas nacionais como fatores inertes que serão transformados por essas pressões.

⁵ Aprofundando a análise, a concepção da teoria em questão sobre a firma é relacional. Isto é, os autores defendem a ideia de que as relações da firma contribuem para estabilidade, tanto internamente, com seus empregados, quanto externamente, com um quadro de atores que inclui sindicatos, associações de empresas,

Para a abordagem “variedades de capitalismo”, os resultados da economia política nacional podem ser medidos com referência aos caminhos que as firmas percorrem para resolver seus problemas de coordenação. Os resultados são divididos e agrupados em dois tipos de economias políticas: economia de mercado liberal (LME) e economia de mercado coordenada (CME).⁶ Com base nestes dois “tipos ideais”, as economias nacionais são enquadradas, embora, cabe ressaltar, o método não consiga dar conta de todas as economias dos países desenvolvidos.⁷

O grande diferencial do *approach* variedades de capitalismo é conceber que a política social também é importante para as firmas. Soskice e Hall (2001:56), em contraposição a outras teorias, que veem automaticamente o capital em busca do menor custo do trabalho, sugerem que as firmas agem de maneira diferente nas LMEs e nas CMEs para similares estímulos da globalização. Neste sentido, esta teoria se diferencia da matriz liberal que entende que as políticas sociais são intervenções indevidas do Estado no mercado, pois desestimula o empenho do trabalhador e gera injustiça por transferir renda de uma pessoa a outra contra a liberdade daquela. Também se distingue das interpretações social-democratas que entendem que, se o Estado não regular as políticas sociais, os empresários jamais o farão, porque diminuem seus lucros.

Portanto, se se entende o processo de mundialização do capital diretamente ligado à deslocalização⁸, os autores alegam que as firmas não transportam automaticamente suas atividades para o exterior quando lhes são oferecidos trabalho a baixos custos. Isto significa que, de acordo com a dicotomia analítica, as firmas das CMEs estão menos propensas a deslocar-se em busca de diminuição dos custos da produção do que as das LMEs.

governos, clientes, colaboradores, fornecedores e acionistas. Ao mesmo tempo, reconhecidamente estas relações têm, em alto grau, possibilidades de serem problemáticas, gerando desafios de coordenação.

⁶ Assim, a economia de mercado liberal caracteriza-se pelos seguintes aspectos: organização de hierarquia e de mercado competitivo. Ao mesmo tempo, o equilíbrio dos resultados do comportamento das firmas é usualmente produzido por demandas e suprimento de competição em mercado competitivo, enquanto o equilíbrio das firmas coordenadas nas CMEs é mais frequente no resultado da estratégia de interação entre firmas e outros atores.

⁷ Cabe lembrar que as análises do *approach* variedades de capitalismo voltam-se para os países da OCDE, dos quais seis são classificados como economias de mercado liberais, dez como economias de mercado coordenadas, e outros seis com posições ambíguas, sem se enquadrarem em nenhum dos dois modelos. Os motivos para o não enquadramento destes últimos, Soskice e Hall (2001: 21) justificam a partir da afirmação de que constituem um outro tipo de capitalismo, algumas vezes descrito como “mediterrâneo”, marcado por um largo setor agrário e uma história recente de intervenção estatal, com tipos específicos de coordenação antimercado na esfera da finança corporativa, porém com arranjos mais liberais na esfera das relações de trabalho.

⁸ Os conceitos de “mundialização do capital” e de “deslocalização” são de Chesnais (1997, 2003, 2005).

Por fim, podemos concluir que a VOC percebe a existência de diferentes interesses das firmas em políticas sociais, o que depende das vantagens institucionais conseguidas nas relações entre os atores domésticos. Daí a conclusão de que normalmente as firmas nas CMEs não se opõem às políticas sociais com tanta ênfase, como ocorre nas LMEs.

Depois destas constatações, a grande questão que nos resta é saber se as firmas no Brasil, através de suas associações coletivas, assumem posturas congêneres com relação a um dos modelos propostos pelos autores. Ou, ainda, se no caso latino-americano existe um modelo próprio, como defende Schneider (2004; 2008), que atenderia pelo nome de Semi-articulado ou hierárquico. Boschi (2006), ao analisar a economia de um modo geral, e não especificamente as leis trabalhistas, afirma que o Brasil caracteriza-se por um hibridismo entre liberalismo e desenvolvimentismo; seria também o mesmo aplicado com relação às leis do trabalho no Brasil?

Vistos os modelos gerais de variedades de capitalismo com suas diferenças e metodologias que compõem o nosso quadro teórico, passemos para discussão do contexto escolhido para análise.

Até aqui todo o debate encaminhado baseou-se em fontes secundárias. Adiante, procuramos preencher uma lacuna na bibliografia, carente de reflexões sobre a posição do empresariado diante das leis trabalhistas no Brasil, no último quartel. Para tanto, nossas fontes são fundamentalmente primárias.

iii. Interesses de médio e curto prazos sobre reformas neoliberais – as perspectivas da Firjan e da Fiesp

Começemos, então, com estudo sobre a posição específica dos empresários do estado do Rio de Janeiro, portador do segundo maior PIB e do segundo maior mercado consumidor do Brasil. É importante ressaltar que com relação às economias nacionais latino-americanas, a do Rio de Janeiro seria a quarta maior do continente, ao lado do Chile, só perdendo em grandeza econômica para o Brasil, México e a Argentina.⁹ Daí a importância de perscrutarmos a posição da FIRJAN sobre a relação capital-trabalho.

⁹ Baseado em “Sistema FIRJAN: A história dos 170 anos da representação industrial no Rio de Janeiro, 1827-1997”/coordenação de Israel Beloch e Laura Reis Fagundes; texto de Glauco Carneiro. Rio de Janeiro: Memória Brasil Projetos Culturais, 1997.

É mister ressaltar que a análise que segue diz respeito fundamentalmente ao período de implementação das reformas neoliberais, consubstanciando-se no que chamamos de interesses de médio prazo da indústria.

Apresentamos a seguir a análise de conjuntura feita pela FIRJAN, notadamente após o advento do Plano Real (1994). Trata-se do calendário de reformas.

Na crítica ao momento econômico do final da década de 1990, o principal documento¹⁰ da entidade conclui que a estabilidade trazida pelo Real foi indiscutivelmente benéfica para a economia e para a indústria em particular. Embora amparada em números da FGV de 1998, a FIRJAN percebe alguns aspectos idiossincráticos que não confirmam esta premissa: 1) uma expressiva redução da rentabilidade do patrimônio líquido de um nível de 10,2%, em 1994, para 3,0%, em 1998, das indústrias fluminenses; 2) a maioria das empresas ficou endividada num grau de 49,4%, entre 1994 e 1998;¹¹ 3) houve uma elevação das tarifas públicas, de modo a pressionar os custos de produção;¹² 4) entre 1995 e 1999, o BNDES destinou 92,99% dos recursos a projetos de médias ou grandes empresas e 7,01% aos projetos de micro ou pequenas empresas; 5) o setor financeiro foi beneficiado em função das altas taxas de juros, conseqüentemente desfavorecendo o investimento no capital produtivo.

Aprofundando a análise, percebemos que, fora a estabilidade, a indústria fluminense não tinha muito o que comemorar com a abertura da economia. Os números trazidos pelo próprio documento da FIRJAN mostravam que a chamada estabilidade da moeda não foi capaz de atender ao principal objetivo de todo empresário: o lucro. Mas, além disso, o conjunto das indústrias teve forte prejuízo. O curioso é que a Federação diante de tantos infortúnios e, muito contraditoriamente, a despeito dos números que diziam o oposto, entendeu que o momento era de otimismo, sobretudo em função da estabilidade da moeda. Uma hipótese explicativa é que os líderes da FIRJAN também estavam embebidos da ideia de inevitabilidade do movimento de internacionalização da economia.

¹⁰ As observações que seguem estão baseadas majoritariamente no documento “Agenda Brasil e as Ações da FIRJAN de 1999”, salvo quando devidamente informado.

¹¹ Estes dados dizem respeito ao universo de 546 empresas da indústria de transformação brasileira.

¹² Segundo o documento, a solução encontrada pelas empresas, em face da crise, foi manter seus preços finais, ou, na melhor das hipóteses, reajustar a variações inferiores às elevações tarifárias, atentando contra seus lucros.

Entretanto, concomitante, pensou o empresariado, se era inevitável a abertura econômica, então que fossem feitas reformas para reavermos nossos níveis de lucro. É neste contexto que deve ser entendida a exigência pela reforma para o empresariado fluminense.

Alguns pontos da análise de conjuntura da FIRJAN chamaram-nos a atenção, caracterizando uma forte disputa pela hegemonia no bloco no poder. O referido documento faz severas críticas às altas taxas de juros, que impediriam o crescimento. Sobre o lucro dos bancos comparados aos das empresas, o documento da FIRJAN assevera o seguinte:

A comparação com a rentabilidade das empresas é reveladora de dois aspectos. Em primeiro lugar, em todos os anos, a rentabilidade dos bancos supera significativamente o patamar da rentabilidade das empresas. Em segundo, observa-se desde 1996 que há uma tendência de queda da rentabilidade das empresas, em contraste com o crescimento no caso do setor bancário¹³.

Portanto, o conflito entre as frações de classe no bloco no poder é intenso. Neste quadro, um dos maiores reclames da indústria era a redução das taxas de juros para que a produção pudesse crescer, o que necessariamente se contrapõe aos interesses do capital bancário.

Com efeito, na segunda parte do documento, denominada “Agenda Brasil: elevação da renda e do emprego”, a Federação fluminense defende que para atingir os objetivos de crescimento, tão necessários para o aumento da renda e do emprego e, claro, para a retomada de bons patamares de lucros, é imprescindível fazer as reformas, mas num quadro de conquista da estabilidade.

Para ampliar o exame, apresentamos em relevo alguns pontos centrais defendidos pela entidade: a) a Federação entende que a estabilidade é incontestável, servindo como base para o avançar do desenvolvimento; b) na busca por uma solução para os problemas por ela mesma apresentados, o documento afirma que há ainda entraves que devem ser removidos para o desenvolvimento ótimo da indústria. Eles são de dois tipos e hierarquicamente definidos assim: primeiro, aparece a necessidade de concretizar as reformas da Previdência; trabalhista (incluindo a sindical); tributária; política; e do Judiciário. Segundo, constitui-se em quatro tópicos acompanhados de suas subdivisões:

1) diminuição dos custos do capital e possibilidade de financiamento de longo prazo para a produção através de:

A) redução dos tributos incidentes sobre as operações financeiras e extinção dos impostos em cascata, como a CPMF;

¹³ “Agenda Brasil e as Ações da FIRJAN”, p. 10.

- B) redução do depósito compulsório a níveis internacionais;
- C) incentivo à concorrência no setor bancário, buscando-se uma diminuição de custos e margens de lucro;
- D) busca de formas alternativas de financiamento, visando principalmente às pequenas e médias empresas.

2) diminuição do Custo Brasil – aqui entendido como disponibilidade de transporte, energia e telecomunicações de boa qualidade e com baixo custo – com vistas a colocar o Brasil com bom nível de competitividade industrial. O documento apóia a política de privatização como solução para o problema, contudo com uma ressalva, qual seja, ela deve ser acompanhada de políticas de regulação.

3) dar prioridade à educação (básica) e ao treinamento – seu objetivo expresso é atingir o crescimento da produtividade do trabalho. Em resumo, a proposta do empresariado fluminense, no que concerne à educação, é erradicar o analfabetismo, priorizando a educação básica e os cursos técnicos profissionalizantes; já quanto às universidades: “Deve haver um incentivo do governo para que elas busquem o autofinanciamento, de modo que haja maior integração entre setor produtivo e entidades de pesquisa, ensejando maior aplicabilidade do conhecimento gerado nestas últimas.”¹⁴

Com efeito, o estudo dos documentos de 1999 e dos periódicos de 1999-2005 confirma a posição pró-reformas da FIRJAN e aponta seu aspecto crescente, isto é, com o passar do tempo, alguns itens são atendidos e surgem outras reivindicações que se somam àquelas não atendidas ou atendidas apenas parcialmente. Passemos às reivindicações das leis trabalhistas propriamente.

iv. A posição da Firjan com relação às leis trabalhistas¹⁵

Percebemos que, segundo a FIRJAN, a efetivação da reforma trabalhista passa por três aspectos centrais: defesa da reforma sindical, diminuição dos encargos sociais do empregador e minimização do poder de interferência da Justiça do Trabalho.

¹⁴ Idem, p. 26.

¹⁵ Baseado principalmente na apreciação do periódico semanal *Carta da Indústria*, do Sistema FIRJAN entre os anos de 2004 e 2005, e no periódico bimestral *Notas Trabalhistas*, jan/fev de 2003, que contém a essência das propostas da FIRJAN para a reforma trabalhista. Teoricamente, a proposta baseia-se nos escritos de José Pastore (1997).

Neste sentido, cabe estabelecer a seguinte advertência. As alterações na legislação do trabalho propostas pela FIRJAN baseiam-se em aspectos que não são originais (como veremos adiante). Todavia, isto não impediu que suas soluções o fossem. A avaliação das causas que resultaram na necessidade de se fazer a reforma é a mesma do pensamento neoliberal hegemônico¹⁶, a saber: a economia cresce menos, os lucros são menores, portanto é necessário fazer a economia crescer. Na verdade, o ponto nevrálgico passa pelo fato de ocorrerem mudanças, emergindo uma nova economia e, ao mesmo tempo, o mercado de trabalho ser regulado por uma antiga legislação. Por outro lado, seus aspectos originais dizem respeito à prioridade atribuída à reforma sindical que visa estabelecer a prevalência do negociado sobre o legislado, mesmo com relação à desoneração pura e simples da folha de pagamento.

Para facilitar o entendimento desta nossa exposição, dividimos as propostas da FIRJAN para a reforma trabalhista em três partes: A) flexibilização de direitos e/ou impedimento de que novos direitos estabeleçam-se; B) papel da Justiça do Trabalho; C) proposta de reforma sindical.

a) Proposta da FIRJAN para a flexibilização de direitos e/ou impedimento de que novos direitos se estabeleçam

As constatações (em negrito) acompanhadas de suas alegações para flexibilizar direitos e/ou impedir que novos direitos sejam criados são das mais variadas e aparecem da seguinte maneira:

1) **existe alto grau da regulação do trabalho no Brasil**: abalizado em estudo comparativo entre os países desenvolvidos e o Brasil, de José Pastore (1997). O estudo detecta o grau de regulação de alguns países desenvolvidos, concluindo que o Brasil ocupa o lugar de mais regulado. A partir desta premissa, Pastore busca convencer o leitor de que o ideal para o mercado de trabalho do Brasil é a desregulamentação. Todavia, cabe destacar que o fato de o mercado de trabalho brasileiro ser altamente legislado não significa que seja igualmente rígido, ao contrário, pesquisas mais recentes de Adalberto Cardoso (2003) e Camargo (1996) defendem tese segundo a qual o mercado de trabalho brasileiro é muito flexível.

¹⁶ *Pari passu*, a Federação fluminense é contra a política de juros altos, portanto diferenciando-se, neste aspecto, do pensamento neoliberal. De acordo com Perry Anderson (1995) e James Petras (1997), a política de juros altos, para países da América Latina, faz parte do receituário neoliberal.

2) **quanto maiores os custos do trabalho, menor será o salário:** o documento da FIRJAN propõe a redução dos custos indiretos da folha em pelo menos 30%.¹⁷ A justificativa, por incrível que possa parecer, versa sobre a necessidade de alargamento do salário real, “o que só se fará encurtando o espaço dos benefícios. Não se propõe extingui-los. Basta rearranjar fontes e usos das contribuições que os financiam”.¹⁸

3) **a FIRJAN é contra a ratificação da convenção 158 da OIT, que garante a estabilidade no emprego.** A alegação do representante do empresariado fluminense pauta-se na defesa de que esta questão não está de acordo com a tradição brasileira e, pior, vai de encontro com a ideia do FGTS, pois protege o emprego.¹⁹

4) **flexibilização da jornada de trabalho e de alguns benefícios,** através da negociação coletiva.²⁰

5) **desoneração da folha salarial pura e simples.**

6) **negociação do tempo de férias.**

b) Novo Papel da Justiça do Trabalho

Outra instituição que recebe fortes críticas da FIRJAN, em seu caminho de justificar a reforma trabalhista, é a Justiça do Trabalho. Para aquela, essa tem altos custos e, ao mesmo tempo, é ineficiente. Essa argumentação aparece em alguns exemplares dos dois periódicos pesquisados, bem como em seus dois documentos. A lógica pode ser entendida da seguinte maneira: o estudo feito pela própria FIRJAN busca mostrar que a Justiça do Trabalho é muito custosa, chegando a uma hipotética contribuição anual de R\$ 35,00 de cada brasileiro. Além disso, os números apontam para a ineficiência da mesma. Então, qual é a solução? É a prevalência do negociado sobre o legislado. Trata-se da minimização do papel da Justiça do

¹⁷ As argumentações são bastante criativas, vejamos: “num cenário de racionalização das contribuições sobre a Folha, centrada na reestruturação de seus usos e na desoneração de financiamentos a ela alheios, abriria caminho para a negociação coletiva da produtividade” (p. 5). “Sem inflação, a negociação se resumiria na prática, na transferência dos ganhos de produtividade para o salário” (p. 5). “Tornar-se-ia muito mais objetiva, definindo a um tempo, o espaço de confronto básico e superação do conflito básico entre empregados e empregadores para fixação do salário” (p. 5). “Encarar a desoneração da Folha implica juntar as reformas Previdenciária, Tributária, Sindical e Trabalhista. É um belo objetivo” (p. 5).

¹⁸ *Notas Trabalhistas*, jan/fev, 2003, p. 5.

¹⁹ Baseado em entrevista do presidente do Conselho de Política Social e Trabalhista da FIRJAN – José Arnaldo Rossi. *Notas Trabalhistas*, mar/abr, 2003.

²⁰ Perguntado sobre se o governo poderia aumentar a empregabilidade, Rossi responde que a simples reforma da legislação do trabalho não aumenta o emprego. “Acho que pode preservar emprego, através dos mecanismos da negociação coletiva e de uma certa flexibilização da jornada, inclusive de alguns benefícios.” Por outro lado, Rossi afirma que, na indústria, as relações de trabalho já são negociadas, principalmente nas grandes empresas, as que exportam e que pretendem ser competitivas.

Trabalho, que deve ter, segundo esta interpretação, funções mínimas de como se posicionar nas questões de greves dos trabalhadores.

Um dos argumentos centrais da Federação para se fazer as reformas baseia-se no número de processos na Justiça do Trabalho. Segundo dados divulgados pela revista *Notas Trabalhistas*, da FIRJAN, o Brasil é um dos recordistas em ações judiciais no âmbito do trabalho: em 2002 e 2003, foram mais de 2 milhões por ano, enquanto nos EUA foram aproximadamente 75 mil. Segundo a instituição, esse quadro prejudica o crescimento da economia brasileira.

c) Proposta de Reforma Sindical

Para a Federação, também é fundamental uma reforma sindical que aponte para a prevalência do negociado sobre o legislado. O documento de 1999, “Proposta de democratização das relações de trabalho no Brasil”, sintetiza as propostas das indústrias fluminenses acerca do assunto. Seu estudo é importantíssimo por dois motivos: 1) trata-se de aspecto prioritário da indústria fluminense para a reforma trabalhista; 2) podemos, a partir dele, verificar o quanto as reivindicações da indústria fluminense têm relevância nas políticas dos últimos governos. Fizemos uma síntese da proposta da FIRJAN para a reforma sindical:

- 1) Prevalência do negociado sobre o legislado.
- 2) Extinção do poder normativo.
- 3) Fim dos juízes classistas.
- 4) Criação de Comissões de Conciliação Prévia obrigatórias (CCPs).
- 5) Competiria à Justiça do Trabalho julgar a abusividade do direito de greve, em especial no caso das atividades essenciais públicas e privadas.
- 6) Término do conceito de categoria.
- 7) Fim da contribuição sindical compulsória.

Cabe destacar que esses postulados da FIRJAN foram elaboradas em 1999, e hoje todas foram contempladas, principalmente se levarmos em conta a proposta de reforma sindical do governo Lula.²¹

Com efeito, podemos perceber que a justificativa da reforma trabalhista passava por três aspectos centrais:

²¹ Nos termos do Projeto de Emenda à Constituição 369/2005 e o Anteprojeto de Lei com 238 artigos para reformar as leis sindicais.

1. A necessidade da relação capital-trabalho, sem intermediação do Estado. Neste caso, a reforma sindical é essencial.
2. Os custos do trabalho fazem com que o salário do trabalhador seja baixo, frente ao que poderia chegar. Aqui a solução é a reforma trabalhista, propriamente diminuir os custos dos encargos sociais que ficam a cargo do empregador.
3. “A Justiça do Trabalho é custosa, morosa, ineficiente e não garante o emprego do trabalhador, pois a negociação na Justiça só se dá quando o trabalhador já perdeu o emprego. Nesse sentido, nada justifica os altos gastos com a mesma.”

Vejamos que os fundamentos apresentados pela FIRJAN para a reforma trabalhista não aparecem como se estivessem a serviço de seus interesses, mas como soluções generosas para aumentar o salário, ou para diminuir gastos desnecessários do Estado. Para todas as outras reformas, as razões estão a serviço da indústria nacional e do emprego. Trata-se, portanto, de ideias que visam a se estabelecer no seio da sociedade, buscando a colaboração de classes sociais e de suas frações, aparentemente defendendo os interesses de todos (com exceção dos interesses dos banqueiros), mas que, na verdade, buscam ascender os seus interesses como prioritários. Voltaremos a estes aspectos mais à frente. Antes, comecemos a discussão sobre a posição da FIESP no contexto pós-neoliberal.

v. Notas de pesquisa sobre o Congresso da FIESP de 2006 – “Reformar para Crescer”

Neste subtópico perscrutaremos os interesses dos industriais paulistas diante das reformas orientadas para o mercado. Para tanto, analisamos o último Congresso da FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – representante de mais de 50% do PIB industrial brasileiro, presidida, por Paulo Skaf,²² somando mais de 130 segmentos do setor industrial do país com sede em São Paulo. O principal objetivo desta pesquisa foi verificar a posição da entidade com relação às leis trabalhistas e sindicais, embora não nos furtássemos de discutir alguns posicionamentos do empresariado com relação a outros temas. As citações desta pesquisa baseiam-se em gravações das falas dos congressistas e em documento divulgado *a posteriori* pela própria instituição como resumo do Congresso, mais precisamente dos workshops.

²² Paulo Skaf foi candidato ao governo do estado de São Paulo em 2010 pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e foi reeleito para um mandato de 4 anos para a presidência da FIESP e do CIESP em abril de 2011.

O Congresso da FIESP – “Reformar para crescer” – aconteceu nos dias 25 e 26 de maio de 2006, na cidade de São Paulo, tendo, de acordo com os organizadores, um total de 1.500 participantes, dentre os quais se incluem representantes do grande, médio e pequeno capital.²³ Também participaram Ministros de Estado, o governador do estado de São Paulo, o prefeito de São Paulo, senadores, deputados, simpatizantes e estudiosos.²⁴

O Congresso teve como objetivo produzir uma posição coesa da indústria paulista sobre as formas de melhorar as condições de competitividade do capital instalado no país.²⁵ Todavia, não se tratou de uma discussão de base para a tomada de posição da instituição, mas de quadros, não necessariamente industriais, que elaboraram as propostas e análises de conjuntura, divulgado-as para os demais participantes como a posição da instituição, com a anuência destes. De acordo com o presidente da FIESP, as questões apresentadas pelos palestrantes foram discutidas ao longo dos meses que antecederam ao Congresso. Portanto, tratou-se de uma posição de cúpula, a partir dos representantes dos diversos segmentos de empresários paulistas.

Começamos, então, com uma espécie de genealogia dos intelectuais orgânicos que trabalhavam para a instituição e ocupavam a posição de líderes e divulgadores de suas idéias. Poder-se-á perceber que a sua ampla maioria ocupou cargos-chave no Estado brasileiro. Vejamos o quadro.

²³ O encontro foi organizado da seguinte maneira: no primeiro dia, pela parte da manhã, falaram o presidente da FIESP, os presidentes de conselhos superiores da instituição, bem como, os presidentes do CIESP (Centro Industrial do Estado de São Paulo) e do IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento da Indústria), além de alguns palestrantes. Na parte da tarde ocorreram os workshops temáticos (Assuntos jurídicos e legislativos; comércio exterior; economia; infra-estrutura; meio ambiente; micro, pequena e média indústria; responsabilidade social; indústria da defesa; e tecnologia e competitividade). No segundo dia de congresso, tivemos as conclusões dos Workshops temáticos, seguidas de um debate empresarial, das palavras do presidente da FIESP, do presidente da CNI, do prefeito da cidade de São Paulo, do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do governador do Estado de São Paulo.

²⁴ Estava ainda prevista a ida do Presidente da República que, de última hora, cancelou.

²⁵ Estas propostas foram entregues aos candidatos à presidência da República (tendo em vista que se tratava de ano eleitoral - 2006).

Palestrantes do Primeiro Dia do Congresso (25/05/2006)

Nome	Cargo na FIESP	Biografia Reduzida
Paulo Skaf	Presidente da FIESP.	Empresário do setor têxtil.
Delfim Neto	Presidente do Conselho Superior de Economia.	Ex-Ministro de Estado e deputado federal.
Paulo Renato Souza	Presidente do Conselho Superior de Responsabilidade Social.	ex-Ministro de Estado.
Rubens Barbosa	Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior.	ex-Embaixador nos EUA.
Sidney Sanches	Presidente do Conselho Superior de Assuntos Jurídicos Legislativos.	ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF).
Fernando Xavier Ferreira	Presidente do Conselho Superior de Infra-Estrutura.	ex-Presidente da Telebrás e Secretário Executivo do Ministério das Comunicações.
Carlos Henrique de Brito Cruz	Presidente do Conselho Superior de Tecnologia e Competitividade.	ex-Presidente da Fapesp e Reitor da Unicamp.
Rubens Ricupero	Palestrante	ex-Ministro de Estado e Embaixador.
Josué Christiano Gomes da Silva	Palestrante	Presidente do Conselho do IEDI
Fernando Resende	Palestrante	Economista e professor da EBAPE/FGV
Cláudio Vaz	Palestrante	Presidente do CIESP
Walter Lazzarini Filho	Palestrante	ex-Secretário de Agricultura e Abastecimento do governo do estado de São Paulo

Como no primeiro dia vários quadros oriundos dos altos escalões públicos brasileiros, naquele momento funcionários da FIESP²⁶, fizeram suas análises de conjuntura e estabeleceram os rumos que o país devia tomar para melhorar a situação do capital produtivo, o segundo dia foi marcado pela presença de altos escalões da política paulista e brasileira em 2006, numa clara demonstração de força da instituição. Vejamos.

Palestrantes do segundo dia de congresso

Nome	Cargo político ou sindical
Cláudio Lembo	Governador do Estado de São Paulo.
Gilberto Kassab	Prefeito de São Paulo.
Rodrigo Garcia	Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo.
Luiz Fernando Furlan	Ministro do Comércio e Desenvolvimento.
Armando Monteiro Neto	Deputado Federal e Presidente da CNI.

²⁶ Só para ilustrar, na mesma linha da maioria dos que compõem os Conselhos Superiores da FIESP, em outubro de 2006 o ex-Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, assume o mais novo Conselho Superior da instituição, o do Agronegócio.

Os discursos dos políticos, como não poderiam deixar de ser, basearam-se no que o público-alvo queria ouvir. Assim, o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, defendeu as reformas trabalhistas e política, exaltando o capital produtivo e, particularmente, a FIESP. O presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo fez questão de afirmar que a Assembléia paulista não deliberou projetos em contrário aos interesses dos industriais. Não obstante, o Ministro do Comércio e Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, e representante do Presidente da República, defendeu as ações do governo como ações pró-indústria:

“A construção civil foi estimulada pelo alívio tributário; os prazos para pagamento do Cofins e IPI foram ampliados; as PPPs surgiram a partir das discussões de dentro da FIESP; enfim, hoje temos maior facilidade de diálogo com o governo.”

Feita a breve genealogia dos quadros da FIESP, passemos às principais teses defendidas no Congresso.

A abertura coube ao presidente da FIESP – Paulo Skaf. Seu discurso pautou-se na crítica ao pífio crescimento da economia dos últimos anos e na desvalorização dos interesses da indústria por parte dos governos. A necessidade de fazer o país crescer aparece como panacéia. Mas como alcançar tal êxito? Ele só é possível com as reformas, defendeu Skaf, de interesse do capital produtivo, que se apresentam não como um mero interesse corporativo, mas como interesses de toda a sociedade. Nas palavras de Paulo Skaf, tratava-se de um Congresso da Indústria na busca de soluções para os problemas brasileiros, visando ao bem de toda a sociedade.²⁷

Antonio Delfim Neto foi o segundo a fazer o uso da palavra e colaborou sobremaneira para o debate. Seu discurso, deveras acadêmico, fielmente liberal, recheado pelas teses de Adam Smith, pautado na defesa da não intervenção na economia, no livre comércio, da diminuição da carga tributária etc., parecia dar sustentação teórica aos anseios dos industriais.

Mas o tom do Congresso e o grau de mudanças almejado ficam bastante representativos em dois discursos, o do ex-ministro do STF (Superior Tribunal Federal), Sidney Sanches, e do presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Armando Monteiro Neto. O primeiro propugnou a ideia da criação de uma Nova Assembléia Nacional Constituinte ou de uma ampla Revisão Constitucional para aprovar as reformas exigidas pelos empresários. No

²⁷ Apresentar as exigências da indústria como de toda a sociedade não é novo. Já na década de 1930, a burguesia industrial apresentava o seu discurso como de toda a sociedade, principalmente na competição com as forças agrárias. Ver Boschi (1979: 70).

mesmo diapasão, o presidente da CNI defendeu uma ampla reforma na Constituição, “pois mudanças tópicas não adiantariam”. Cabe destacar que nas semanas seguintes ao congresso ventilou-se pela grande mídia a possibilidade de uma nova constituinte que até então não havia sido divulgada qualquer proposta neste sentido. Todavia, tais propostas não ganharam eco na sociedade.

Cláudio Vaz, presidente do CIESP, defendeu que as reformas não tiram direitos, mas privilégios de poucos, pagos por muitos. Este discurso lembra os autores clássicos do neoliberalismo, em particular, Robert Nozick, contrário a qualquer tributação que tenha fins redistributivos.

Concluindo, no primeiro dia do Congresso da FIESP o objetivo central foi uníssono: é preciso fazer o país crescer. As soluções foram apontadas de diversas maneiras, como a necessidade das reformas fiscal, previdenciária, cambial, trabalhista, tributária e a do judiciário.²⁸ Daí a explicitação do descontentamento vigente dos empresários. Não existiu qualquer discurso de otimismo, mas de descontentamento e de cobrança. Paulo Skaf afirmou que procuraria outras entidades para fazer valer as propostas da FIESP e exigiria o compromisso dos candidatos com o programa da entidade, mesmo que a inflação e a estabilidade devessem ficar em segundo plano com relação ao crescimento.

Visto o tom tocado pelos principais formadores de opinião da FIESP, passemos para a análise dos workshops.

A parte da tarde do primeiro dia do Congresso foi marcada por workshops temáticos, acompanhamos o sobre assuntos jurídicos e legislativos. De modo que reproduzimos aqui sobre esses assuntos é fruto de duas fontes: 1) transcrição dos discursos no Congresso; 2) resumo divulgado pela FIESP dos grupos de trabalho. Sobre os outros workshops, o que é problematizado aqui tem uma única fonte: o resumo da FIESP. A grande novidade do workshop sobre assuntos jurídicos e legislativos foi o consenso em torno da necessidade de uma Nova Assembléia Constituinte ou ampla Revisão Constitucional para aprovar as reformas exigidas pelos empresários (tributária, trabalhista, sindical, previdenciárias e outras), o que já havia sido defendido por Sidney Sanches na parte da manhã. De acordo com este, os empresários estavam convencidos que para fazer as mudanças na legislação necessárias

²⁸ O presidente Paulo Skaf referiu-se inclusive à prioridade do crescimento com relação à estabilidade e à inflação. A linha da entidade era de pressionar todos os candidatos à Presidência para que se comprometessem com a agenda de liberalização proposta.

para o país crescer era preciso fazer uma nova Constituição ou uma revisão constitucional ampla que contemplasse as propostas de reforma elaboradas pelos empresários.

Ao mesmo tempo, o ex-Ministro exaltou as PPPs (Parcerias Público-Privado) e os meios alternativos de solução de conflitos, como as arbitragens – que o Supremo Tribunal Federal já reconhece como constitucional –, as mediações e as conciliações, também aplicadas no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em primeira e segunda instâncias. Falou-se, também, da necessidade de uma reforma política e da substituição do termo relação de emprego por relação de trabalho. “Não se fala mais, na FIESP, em trabalhador e empregador. Todos nós estamos sujeitos as relações contratuais”, afirmou o ex-Ministro do STF.

Os empresários também fizeram críticas à CPMF, ao alto custo da Justiça brasileira e defenderam a extinção do ICMS: “Não deve haver qualquer tributação sobre o investimento”. E, mais uma vez, a Constituição social-democrata de 1988 sofreu várias críticas, sendo considerada como uma das piores da história do Brasil. Nem o STF passou imune: “ele vem sendo utilizado como defensor do dinheiro público”.

No que concerne às leis trabalhistas e sindicais, o responsável por relatar a posição da entidade foi o ex-ministro do TST (Tribunal Superior do Trabalho) e vice-presidente da FIESP no mandato de 2003-2007 – Roberto Della Manna. Ele abriu sua fala com um discurso bem intransigente, afirmando que os empresários devem aprender a negociar:

“Não devem ceder às pressões dos sindicatos, dando mais do que a indústria pode. Gostaria de pedir aos nossos empresários, aproveitando este congresso, para que aprendam a negociar. Quando estamos negociando e um empresário cede às pressões dos trabalhadores, quando um carro de som pára na sua porta, este empresário está atrapalhando toda a negociação coletiva sobre um acordo trabalhista. A grande empresa negocia com os trabalhadores direitos trabalhistas, ignorando os interesses coletivos dos empresários em geral. Isto não pode acontecer.”

Ao longo de seu discurso, as posições clássicas da entidade emergiam, como a defesa da concomitância da reforma trabalhista e sindical, da prevalência do negociado sobre o legislado, além de uma questão que a FIRJAN, por exemplo, não tratou, a saber: as empresas de diferentes portes devem ter atribuições diferentes com relação às leis trabalhistas.²⁹ Ele também criticou o acentuado índice de encargos trabalhistas e sociais incidindo sobre a folha de pagamento, bem como o extremo detalhamento da legislação trabalhista. “Sabemos que

²⁹ Um grande erro da legislação trabalhista é não fazer qualquer distinção entre pequena, média e grande empresa, afirmou Della Manna.

os principais fatores prejudiciais à formalização do trabalho são os encargos sociais sobre a folha de pagamento.”³⁰

Pontualmente, o vice-presidente da FIESP qualificou como absurdas as medidas provisórias 293-294/2006, que reconhecem as centrais sindicais. “Reconhecer as centrais sindicais é inconstitucional. Devemos revogar essas MPs”.

No mesmo tom, José Antonio Fernandes – representante das pequenas empresas na FIESP, depois de concluir que os produtos brasileiros não conseguem concorrer com os produtos chineses, defendeu a reforma trabalhista como solução. Seguindo a mesma linha, interpelou o representante dos donos de padaria – Martus Tavares – e mais uma vez nada de reforma tributária, fiscal ou previdenciária, mas a trabalhista: “a reforma trabalhista seria fundamental para nossa sobrevivência”, além, é claro, da redução do imposto sobre o trigo.

Com efeito, pudemos identificar que a demanda pela reforma trabalhista é de todos os empresários, mas configura como uma prioridade maior para os pequenos e médios, em função de duas questões: 1) os encargos trabalhistas são mais onerosos para estas frações do capital por obter menos recursos econômicos que o grande capital; 2) a análise comparativa dos discursos entre os diversos representantes por menção do capital no congresso da FIESP ratifica esta premissa.

Daí podemos perceber que cada setor dentro da FIESP tem prioridades distintas de interesses que variam de acordo com o tamanho do capital a que pertencem. Assim, os pequenos e médios empresários almejam prioritariamente a reforma trabalhista, os grandes querem a reforma tributária e fiscal; outras nuances estão de acordo com o tipo de capital; destarte, os exportadores querem a reforma cambial, os donos de padaria querem a redução dos impostos sobre o trigo e assim por diante. O responsável pelo grupo de discussão acerca do agronegócio foi o único que defendeu explicitamente o respeito à propriedade privada e ao contrato – princípios basilares do liberalismo – como prioridade a ser garantida. O presidente da Pirelli do Brasil, por exemplo, discursou defendendo a presença do capital estrangeiro no país como meio de impulsionar o crescimento.

Na FIESP também é possível ouvir, tanto um discurso tipicamente liberal, como um discurso social. O presidente da Cia. Vale do Rio Doce, Benjamin Steinbruch, fez um apelo social apontando os problemas que a pobreza e a miséria trazem para o país e concluiu pela

³⁰ Segundo Della Manna, “Pesquisas indicam que os encargos trabalhistas e sociais superam os salários recebidos pelos trabalhadores.”

necessidade de se trazer para o consumo os 60 milhões de miseráveis aqui existentes. Sua crença é pautada na premissa de que a recuperação do sistema produtivo pode alavancar a economia e trazer os miseráveis para o consumo. Por outro lado, o ex-ministro Fernando Resende falou da necessidade de se cortar gastos na saúde e na educação, e que os direitos sociais da Constituição de 1988 são uma aberração que impede o crescimento. Ele ainda afirmou que os recursos para educação e saúde são muito grandes (!), por isso devem ser cortados.

A seguir, reproduzimos o que foi defendido nos Workshops temáticos, mais precisamente sobre a posição perante as leis do trabalho e previdenciárias, com exceção do grupo de trabalho sobre assuntos jurídicos e legislativos que segue integralmente. Deve-se perceber que os pontos que dizem respeito à reforma trabalhista aparecem em quatro workshops: no de assuntos jurídicos e legislativos; no de economia; no de média e pequena empresas; e no de responsabilidade social. Isso demonstra, portanto, o quanto de importância tem a legislação do trabalho para os diversos segmentos da indústria. Vejamos.

Os grupos de trabalho defenderam as Reformas Constitucionais e Infraconstitucionais para viabilizar o crescimento sustentado da economia. Em consonância com esse entendimento, sugeriram diferentes modalidades de mudanças:

a) *Reformas Trabalhista e Sindical*. Ambas devem ser realizadas conjuntamente. Em relação à Trabalhista, deverá haver maior flexibilização das relações de trabalho (o negociado deve prevalecer sobre o legislado), tratamento diferenciado entre empresas de diferentes portes, diminuição dos encargos trabalhistas e sociais incidentes sobre a folha de pagamento. Quanto à Reforma Sindical, propõe-se a manutenção do sistema Confederativo da representação Sindical respectiva;

b) *Reforma Previdenciária*. Como as reformas já realizadas se mostraram insuficientes, há necessidade de uma Reforma mais ousada e profunda, principalmente no Regime próprio do Servidor Público, que deve contemplar os seguintes tópicos:

- Desvincular o piso da Previdência do salário mínimo, adotando mecanismo para a manutenção do valor real das aposentadorias;
- Modernizar e rever o sistema de gestão dos benefícios e contribuições do INSS;
- Assegurar rapidez na apuração de fraudes e desvios no INSS e elevar as respectivas penalidades;

- Reduzir o diferencial de idade mínima e tempo de contribuição vigente entre homens e mulheres;
- Eliminar o regime especial para categorias não sujeitas a condições prejudiciais à saúde ou à integridade física;
- Reduzir as vantagens relativas à aposentadoria precoce e fixar uma idade mínima para aposentadoria.
- Incluir na Lei Geral a validade dos Acordos Individuais entre os empregados e empregadores, inclusive na concessão de férias.
- Criação de um “simples trabalhista”, que reduza a burocracia e as despesas de contratação para pequenas e microempresas.

Descritas a análise e as propostas da FIESP acerca da relação capital-trabalho, passemos para a discussão sobre a possível hegemonia da indústria.

vi. Conclusão

A melhor maneira para análise de hegemonia de uma determinada classe social ou fração de classe junto ao Estado é perscrutar suas reivindicações de médio e longo prazos e compará-las com as políticas públicas e legislações implementadas pelo Estado. De modo que os estudos sobre os interesses de curto prazo deixam a desejar e metodologicamente são indutivos de conclusões precipitadas, pois o tempo é muito curto para mensurar se há hegemonia junto ao Estado, até porque a divisão dos poderes estatais retarda as mudanças desejadas, mesmo com a pressão de fortes interesses. Por conseqüência, podemos verificar mais facilmente os interesses de médio prazo da FIRJAN do que os de curto prazo da FIESP.

A partir da pesquisa dos documentos das entidades representativas do empresariado e do seu cotejo com as políticas públicas dos governantes, temos a seguinte constatação: desde a sua publicação, os governos FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010) atenderam quase na íntegra a maior parte das exigências da FIRJAN com três únicas exceções: a reforma trabalhista, a tributária e a diminuição dos juros.³¹ Explicamos. As solicitações da FIRJAN, resumidamente, foram as seguintes:

³¹ O presidente da FIRJAN – Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira –, na Carta da indústria de 20 de dezembro de 2005, reafirmou que continua advogando pela austeridade fiscal, a fim de que se possa garantir o superávit primário.

- Estabilidade da macroeconomia (item amplamente atendido).
- Privatização das estatais acompanhada de políticas de regulação (item amplamente atendido).
- Prioridade à educação básica em detrimento das universidades públicas que devem, por sua vez, buscar financiamento nas empresas como formas de trabalharem para as mesmas. (O governo FHC criou o FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Na prática, existe uma melhora do salário do professor do ensino fundamental e, a princípio, da estrutura das escolas. Ao mesmo tempo, houve um certo abandono da universidade pública com cortes de verbas e aumento irrisório dos salários de seus funcionários, que não acompanharam as taxas de inflação. O governo Lula, por sua vez, criou uma política que favorece a universidade privada, garantindo acesso de estudantes de baixa renda, com financiamento do Governo Federal – Prouni).
- Aumento das exportações (uma das principais bandeiras do governo Lula, que acresceu substancialmente as exportações, principalmente do agronegócio³²). Uma das reivindicações prioritárias dos exportadores era a desvalorização do real para melhorar a competição do produto brasileiro no mercado internacional. O governo Lula, em 26 de julho de 2006, anunciou um pacote de quatro medidas para atender o setor, a saber: 1) cobertura cambial³³, 2) simplificação do fechamento dos contratos de câmbio³⁴; 3) registro de capital como investimento³⁵; 4) compras no

³² A aprovação da lei dos transgênicos no governo Lula libera a produção de alimentos geneticamente modificados no país. Trata-se de uma grande vitória do setor de agronegócio, mesmo em detrimento direto de diversos movimentos sociais e ambientalistas.

³³ “As empresas, de qualquer porte ou setor, poderão deixar no exterior até 30% do total de recursos auferidos com exportações para honrar compromissos com fornecedores e pagar financiamentos fora do país, recursos que não pagarão CPMF. Está extinta a cobertura cambial para contratos de até US\$ 3 mil. Caberá ao Conselho Monetário Nacional (CMN) fixar, a qualquer tempo, novo percentual, de 0% a 100%.” Fonte jornal O Globo, 27 de junho de 2006, p.27.

³⁴ “Os contratos de exportação serão simplificados. Os exportadores não precisarão preencher uma série de formulários que deixam as vendas ao exterior mais lentas. E, numa mesma operação, os empresários poderão internalizar as receitas de exportação e remeter parte do dinheiro ao exterior, com uma mesma taxa de câmbio”. Fonte ibidem.

³⁵ “Permitir que o capital estrangeiro existente em empresas fixadas no Brasil, que entrou no país como empréstimo e foi transformado em investimento até dezembro de 2004, seja totalmente registrado no Banco Central e, como isso, possa ser remetido ao exterior como lucros e dividendos. Hoje só parte desses recursos podia ser registrada no BC”. Fonte ibidem.

“free shop”.³⁶ A desoneração das vendas externas é a tônica inclusive com isenção de pagamento de CPMF para 30% das receitas obtidas.

- Política de estímulo às pequenas e médias empresas (criação do Simples no governo FHC. O governo Lula instituiu a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, que cria o Regime Especial de Tributação para plataforma de exportação de serviços com várias isenções. Na mesma lei, o governo duplicou o valor da receita bruta da empresa para ser considerada como microempresa de R\$ 120.000,00 para a R\$ 240.000,00, processo parecido foi instituído pela mesma lei para reconhecimento de empresa de pequeno porte, cuja exigência passou a ser superior a R\$ 240.000,00 e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00. Na prática, ampliaram-se as isenções e benefícios para um número maior de empresas que, mesmo tendo uma receita bruta próxima de R\$ 2.400.000,00, são consideradas como empresas de pequeno porte).
- Redução da burocracia (foi criado o MARE – Ministério da Administração e Reforma do Estado – no governo de Fernando Henrique, justamente com esse objetivo).

Entretanto, a redução da carga tributária, a reforma trabalhista e a diminuição dos juros, como reivindicações do empresariado fluminense, não foram amplamente atendidas pelos governos. Temos algumas conjecturas sobre esse assunto. Cumpramos antes asseverar que o governo Lula fez desonerações tributárias que somam R\$ 9 bilhões no ano de 2006, montou um pacote de R\$ 75 bilhões para ajudar o setor agrícola e instituiu um parcelamento de dívidas tributárias e previdenciárias, além de ter baixado os juros no ano corrente.³⁷

Passemos para a discussão sobre os tópicos supracitados em três atos. Começamos com as alterações no âmbito do Direito do Trabalho.³⁸

I) Com base na pesquisa dos documentos públicos das entidades empresariais e do seu cotejo com as ações dos governantes, temos a seguinte constatação: os governos FHC e Lula atenderam quase na íntegra as exigências do empresariado com relação à reforma trabalhista. Explicamos.

³⁶ “Permitir que viajantes façam compras em *free shops* em reais, com a conversão de preços feita pela taxa de câmbio do dia.” Fonte *ibidem*.

³⁷ Fonte: Jornal O Globo de 23 de julho de 2006, p. 33.

³⁸ Para mais detalhes das mudanças legislativas no âmbito do Direito do trabalho sob o governo Lula, ver Moraes, 2011.

As mudanças nas Leis do Trabalho estão em curso desde 1990, através de Leis, Medidas Provisórias, Decretos e Portarias que flexibilizam direitos e/ou prejudicam a fiscalização para o seu cumprimento, ou se propõe uma negociação entre patrão e empregado sem que se recorra à Justiça. Elas são de cinco tipos:

1) Leis que preconizam a adaptação total, dependente e subordinada do trabalhador aos interesses exclusivos dos empregadores são: Contrato de Trabalho por Prazo Determinado (lei 9.601/1998), Banco de Horas (lei 9.601/1998), Suspensão de Contrato de Trabalho (MP 1.726/1998), Trabalho a Tempo Parcial (MP 1.709/1998).

2) Medidas que aumentam a exploração do trabalhador em detrimento de seu lazer/descanso e que atentam contra a reposição de perdas salariais; medida que veda Cláusulas de Correção Automática dos Salários, em acordos coletivos; e regulamentação do funcionamento do comércio aos domingos.

3) Já a Lei 8.949/94 das Cooperativas – muito criticada, pois abre brechas para a fraude trabalhista – está no mesmo patamar de empresas que contratam trabalhadores como autônomos, terceirizados e agora como cooperativados com o objetivo de negligenciar direitos e benefícios, resultando na criação de trabalhadores de segunda categoria.

4) Ainda temos a Lei 9.958/2000, que instituiu as Comissões de Conciliação Prévia (CCPs) e a prescrição do trabalhador rural, que só poderá reivindicar na Justiça os direitos dos últimos cinco anos de relação empregatícia. Trata-se de flexibilização de direitos que ocorre por modificações nas leis processuais. As CCPs têm como fito negociar os direitos trabalhistas negados pelo empregador ao longo do (ou de algum) período trabalhado pelo funcionário. Assim, sua existência, na prática, significa a redução de algum(ns) direito(s) dos trabalhadores em favor do empregador que o(s) negou.

5) A Reforma Sindical tem como uma de suas principais características a prevalência do negociado sobre o legislado, que significa, na prática, a possibilidade de desrespeito às leis por via de negociação (Moraes, 2011)

Em 2005, o governo Lula instituiu a lei nº 11.196/2005, que libera a contratação de prestadores de serviços na condição de empresas constituídas por uma única pessoa. Essa modalidade de contratação, denominada “pessoa jurídica”, faz com que o empresário fique isento do pagamento de férias, 13º salário, FGTS, horas extras, aviso prévio e transfere ao empregado contratado como pessoa jurídica a responsabilidade de recolher os impostos e de

contribuir integralmente para a Previdência. Esta forma de contratação constitui grandes vantagens para o empregador e desvantagens para o trabalhador.

Por fim, todas as mudanças atendem a interesses pontuais do empresariado.

II) Processo parecido acontece com relação às exigências da reforma tributária – as principais ações postas em prática pelos últimos governos atendem aos interesses do grande capital e não do trabalhador, como a isenção da distribuição de lucros e dividendos e da remessa de lucros para o exterior;³⁹ a redução de tributos para grandes lucros, com diminuição de 25% para 15% na alíquota do imposto de renda de empresas, e de 15% para 10% no adicional de imposto de renda sobre lucros acima de R\$ 240.000,00 anuais – desde 1996; a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, paga pelos bancos, decresceu a partir de 1997 de 30% para 18% e a partir de fevereiro de 1999 para 8%; além do mais, visualiza-se o que Ávila e Lins (2005) denominam de privilégio dos lucros sobre o capital próprio. Os autores explicam: trata-se de um privilégio – que só existe no Brasil – para as rendas do capital, permitindo às grandes empresas capitalizadas considerar como despesa – e, assim, reduzir seu lucro tributável – os juros que teriam pago caso seu capital tivesse sido tomado emprestado. Os sócios e os acionistas da empresa, que recebem esse rendimento, geralmente em valores expressivos, pagam apenas 15% de imposto de renda na fonte, enquanto os assalariados pagam até 27,5%.⁴⁰ Concluindo, os exportadores têm um pacote de medidas que, dentre outras coisas, fazem com que 30% dos seus lucros não sofra incidência de CPMF, além da política de desvalorização do real. Todavia, o empresariado, embebido de uma ideologia liberal, quer o aprofundamento desta reforma.

III) Por fim, a taxa de juros, que é alvo de constante contenda na sociedade. Sob este aspecto, a questão é um pouco mais apimentada, pois não diz respeito apenas aos interesses de duas classes antagônicas, mas faz parte também da disputa entre as frações de classe no bloco no poder. Cabe ressaltar que o país tem uma das maiores taxa de juros reais do mundo. Pesquisa sobre a taxa em 27 países emergentes entre março de 2006 e março de 2007, constatou que a taxa média desses países ficou em 1,5%, contra 12,2% no Brasil.⁴¹

³⁹ De acordo com Ávila e Lins (2005), desde 1996 os proprietários de empresas não pagam impostos de renda quando recebem seus lucros e dividendos, sejam donos nacionais ou estrangeiros. Isso significa que as remessas de lucros para o exterior são isentas.

⁴⁰ Esta vantagem beneficia as empresas mais capitalizadas, principalmente os bancos, de acordo com Ávila e Lins (2005).

⁴¹ Fundamentado em estudo de Amir Khair, publicado em *O Globo*, 09 de julho de 2006 – Caderno de Economia, p. 35.

Uma taxa oito vezes maior. Mas qual setor se beneficia com isso? Para o capital bancário (nacional e internacional) é interessante a manutenção das altas taxas, bem como para os organismos internacionais, pois garantem àqueles os altos lucros e, para estes, o alcance de metas para o pagamento das dívidas, que também atende aos interesses dos credores internacionais. No Brasil, a abertura econômica tem favorecido ao grande capital bancário, vide taxas de juros e mudanças recentes na legislação.⁴² Nesse sentido, não atender aos interesses dos empresários não significa dizer que as elites do capital não sejam atendidas, contudo se trata de disputa no bloco no poder em que o capital bancário tem sido hegemônico, conforme indicações ao longo desta pesquisa.⁴³

Por outro lado, há na sociedade uma hegemonia dos ideários empresariais, segundo os quais a redução dos juros seria uma panacéia. Concorrendo para ajudar na explicação exposta anteriormente, as três reformas citadas são talvez as mais difíceis para execução por qualquer governo, pelos motivos que se seguem. A diminuição dos tributos atende aos interesses do empresariado, mas atenta contra a arrecadação do governo. Nesse sentido, diminuí, ainda mais, sua capacidade de utilização de recursos para atender às diversas exigências dos múltiplos setores da sociedade, principalmente de seus aliados, numa conjuntura de contenção dos gastos públicos em função da imposição do *superávit* primário. A reforma trabalhista mexe com os interesses de muitos eleitores. Parece que a melhor maneira de fazê-la é aos poucos, como está sendo feita desde 1990. Já a taxa de juros pode ser entendida, como vimos, dentro do contexto de disputa no bloco no poder. A manutenção desta taxa em patamares altos, é inegável, atende aos interesses do capital bancário nacional e internacional. Os governos recentes, portanto, apenas confirmam a hegemonia do capital bancário desde os governos militares.⁴⁴

Com efeito, percebemos que o Estado não está a serviço exclusivo de uma determinada fração de classe, embora o capital bancário seja o grande beneficiado nos últimos anos no país, mas os interesses racionais de se manter no poder e maximizar voto ainda são importantes para os governos e contribuem para a autonomia relativa do político.

⁴² Ver Minella (1997).

⁴³ Sobre este assunto, ver pesquisa de Boito (2005), Saes (2001) e Minella (1997).

⁴⁴ Ver Saes (2001), especialmente o texto: “Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80”.

Ao longo da pesquisa, buscamos resgatar as reivindicações de médio e curto prazo de duas das principais associações coletivas empresariais do Brasil e verificar se os últimos governos as atenderam plenamente.

Neste sentido, percebemos que enquanto as propostas de 2006 da FIESP não foram contempladas pelo governo Lula, por outro lado, muitas das reivindicações da FIRJAN, de médio prazo, foram aceitas e postas em prática pelos governos FHC e Lula, notadamente as que não interferem nos interesses do próprio governo (reforma tributária), da maioria dos eleitores (reforma profunda das leis trabalhistas, que nos moldes propostos pelos empresários significariam grandes perdas para os trabalhadores formais) e dos banqueiros nacionais e internacionais (diminuição dos juros). Todavia, todas as outras propostas foram postas em prática, inclusive as três supracitadas, mas aquém das reivindicações dos empresários. Não obstante, cumpre meramente destacar que as reformas efetuadas pelos/nos governos em questão, elencadas nesta pesquisa, não atendem aos interesses diretos dos trabalhadores em seu conjunto. Ainda, deve-se ressaltar que os pontos que não foram postos em prática nas reivindicações da FIRJAN aparecem de maneira similar nas postulações da FIESP.

Para efeito de conclusão, essa deve ser subdividida em duas partes relacionadas às reivindicações da indústria de médio e curto prazos. Se olharmos, portanto, por uma perspectiva histórica de médio prazo, consubstanciada nas reivindicações da FIRJAN, percebemos que o Estado contempla, em grande medida, os interesses da indústria, dando uma impressão de uma hegemonia no bloco no poder. Por outro lado, se olharmos para as reivindicações de curto prazo, materializadas nas exigências da FIESP, a interpretação plausível é que a indústria tem seus interesses absolutamente relegados pelo Estado. Isso serve como ensinamento metodológico para não analisarmos os interesses imediatos da indústria, sem uma perspectiva de pelo menos médio prazo.

Por fim, cabe uma última reflexão: ao longo do período desenvolvimentista, o capital industrial teve seus interesses prioritariamente atendidos pelo Estado; no período neoliberal, os interesses do capital produtivo ficaram em segundo plano com relação aos interesses do capital bancário; no pós-neoliberalismo, o governo Lula retoma a política de atender aos interesses do capital industrial, mas ainda sem a diminuição dos juros, por exemplo, e freia a diminuição dos direitos trabalhistas em face do compromisso deste governo com os

sindicalistas.⁴⁵ Assim, a dependência de trajetória do período neoliberal, apresenta-se como quase irreversível.

Sob o governo Lula, as associações coletivas da burguesia continuam exercendo um papel importante na defesa de seus interesses. A FIESP, por exemplo, liderou um movimento que conseguiu barrar a cobrança da CPMF. Em maio de 2008, o governo Lula lançou um pacote de medidas de desonerações tributárias, subsídios e financiamentos da ordem de R\$ 266,4 bilhões para até 2010.⁴⁶ “O valor da ‘Política de desenvolvimento produtivo’ corresponde a quase 100 bilhões a mais do que os recursos orçamentários para custeio e investimentos em saúde e educação para os próximos três anos”.⁴⁷

Portanto, FIESP e FIRJAN têm interesses atendidos pelo governo, principalmente os pequenos, médios e micro empresários, mas os anseios do grande capital como queda dos juros e da carga tributária não foram totalmente contemplados.

Por fim, retomando as teses de Soskice e Hall (2001), percebemos que as firmas, no Brasil, sobretudo ao que diz respeito à regulação da relação capital-trabalho, assemelham-se mais às empresas das LMEs, estando bem distantes do modelo vivido nas Economias de Mercado coordenadas.

⁴⁵ Para mais detalhes, ver Moraes, 2011.

⁴⁶ Em 2009 o governo Lula reduziu o IPI para muitos setores industriais.

⁴⁷ *O Globo*, 13 de maio de 2008, p. 19.

Referências

- ANDERSON, Perry (1995). *Balanço do neoliberalismo*. IN: SADER, E. GENTILI, P. (Orgs). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ANTUNES, Ricardo (1997). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 4. ed. São Paulo: Cortez.
- ÁVILA, Rodrigo; LINS, Renata (2005). *Superávit primário*. 3. ed. Brasília: Fórum Brasil do Orçamento.
- BOITO JR., Armando (2005). A Burguesia no governo Lula. *Revista Crítica Marxista*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 52-76.
- BOSCHI, Renato (1979). *Elites industriais e democracia – hegemonia burguesa e mudança política no Brasil*. Rio de Janeiro: editora Graal.
- BRESSER PEREIRA, L.C. (1995). *Plano diretor da reforma do aparelho do Estado*. Brasília: Presidência da República.
- CAMARGO, José Marcio (1996), *Flexibilidade e produtividade do mercado de trabalho brasileiro*. IN: J. M. Camargo (org.), *Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil*, Rio de Janeiro, FGV Editora, p. 11-46.
- CARDOSO, Adalberto Moreira (1999). *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal: a era Vargas acabou?* Rio de Janeiro: editora FGV.
- _____ (2003). *A década neoliberal e a crise do sindicato no Brasil*, São Paulo: Boitempo.
- DELGADO, Ignácio Godinho (2001). *Previdência social e mercado no Brasil: a presença empresarial na trajetória da política social brasileira*. São Paulo: LTr.
- _____ (2000). *Abertura econômica e política social: a perspectiva empresarial*. Belo Horizonte: Revista Teoria e Sociedade, UFMG.
- DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato (2005). *As Eleições de 2004 na FIESP: A politização recente e a organização do empresariado*. Sítio do NEIC encontrado em www.iuperj.br dezembro de 2005.
- DINIZ, Eli (1991). *Empresários e projeto neoliberal na América Latina: uma avaliação dos anos 80*. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 34, n. 3, pp. 349 a 377.
- DINIZ, Eli (2005). *Empresário, democracia e desenvolvimento: tendências e desafios no limiar do novo milênio*. Sítio do NEIC encontrado em www.iuperj.br dezembro de 2005.
- DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato (2004). *Empresários, interesses e mercado – dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte: editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.

ESPING-ANDERSEN, Gosta (1990). *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. New Jersey: Princeton University Press.

_____ (1995). *O Futuro do Welfare State na Nova Ordem Mundial*. *Lua Nova*, nº 35.

_____ (1991). *As Três Economias Políticas do Welfare State*. *Lua Nova*, nº 24.

HARVEY, David (1992). *A condição pós-moderna*. 13. ed. São Paulo: Loyola.

KROPOTKINE, Pedro (1953). *A Conquista do Pão*. Rio de Janeiro: edição da organização Simões.

LÊNIN, V. I. (2000). *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro.

MÉSZÁROS, István (2003). *Desemprego e precarização: Um grande desafio para a esquerda*. O texto encontrava-se em outubro de 2005 em <http://resistir.info>.

MINELLA, Ary César (1997). *Elites financeiras, sistema financeiro e o governo FHC*. In: OURIQUES Nildo Domingos & RAMPINELLI, Jose Alves (orgs.). *No Fio da Navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã.

MORAES, W.S. (2011). *Brasil e Venezuela – histórico das leis trabalhistas de 1889 até Lula e Chávez*. Rio de Janeiro: Achiamé.

O'Connor, James (1977). *USA: a crise do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PASTORE, José. (1994). *Flexibilização, Mercados de Trabalho e Contratação Coletiva*. São Paulo: LTr.

_____. (1997). *A Agonia do Emprego*. São Paulo: LTr.

PETRAS, James (1997). *Os Fundamentos do Neoliberalismo*. In: OURIQUES Nildo Domingos & RAMPINELLI, Jose Alves (orgs.). *No Fio da Navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã.

POCHMANN, Marcio (2001). *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo.

POLANYI, Karl (2000). *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Campus.

POULANTZAS, Nicos (1971). *Poder político e classes sociais do Estado capitalista*. Porto: Portucalense editora.

SAES, Décio (2003). *Cidadania e capitalismo: uma crítica a concepção liberal de cidadania*. IN: *Revista Crítica Marxista*, n. 16, São Paulo: Boitempo.

SAISSE, Simone (2005). *A regulação do trabalho no Brasil: obstáculo ao aumento da renda e do emprego*. Brasília : CNI.

Livro, Documentos e Periódicos do Sistema FIRJAN

Livro

Sistema FIRJAN: A história dos 170 anos da representação industrial no Rio de Janeiro, 1827-1997/coordenação de Israel Beloch e Laura Reis Fagundes; texto de Glauco Carneiro. Rio de Janeiro: Memória Brasil Projetos Culturais, 1997.

Documentos das Entidades Empresariais

“Agenda Brasil e as ações da FIRJAN” de setembro de 1999.

“Proposta da FIRJAN para democratização das relações do trabalho” – documentos elaborados e publicados em 1999.

WORKPALESTRA DA FIESP (2006) - WORKSHOPS DO CONGRESSO DE 2006.

IEDI - A Política de Desenvolvimento Industrial - O Que É e o Que Representa Para o Brasil (2002).

CNI – mapa estratégico da indústria de 2006.

Periódicos

“Notas Trabalhistas” – informativo bimestral sobre (as necessidades de) as alterações da legislação trabalhista – 1999-2005.

“CARTA DA INDÚSTRIA” DO SISTEMA FIRJAN ENTRE OS ANOS DE 2004 E 2005, periódico semanal.

Ponto de Vista, Perspectivas sobre o Desenvolvimento
Publicações Anteriores

Ponto de Vista, Ano 4, N. 2, Fevereiro 2011.

Carlos Pinho, IESP-UERJ.

O Nacional-Desenvolvimentismo e o Novo-esenvolvimentismo no Brasil: Trajetórias, Similitudes e Contrastes.

Ponto de vista, Ano 4, N. 1, Janeiro 2011.

Leticia Busellini, UBA.

Políticas de empleo: análisis de un municipio industrial del Conurbano Bonaerense.

Ponto de Vista, Ano 3, N. 12, Dezembro 2010.

Fabricao Pereira, UNILA.

Esquerdas Latino-americanas contemporâneas: Estruturas, caracterização e tipologias.

Ponto de Vista, Ano 3, N. 11, Novembro 2010.

Arnaldo Provasi Lanzara, IESP-UERJ.

O Novo Funcionalismo Econômico-Sistêmico e o Enfoque "Produtivista" da Seguridade Social.

Ponto de Vista, Ano 3, N. 10, Outubro 2010.

Nírvia Ravena e Eliana Franco Teixeira, Universidade Federal do Pará.

Usina de Belo Monte: quando o desenvolvimento viola direitos.

Ponto de Vista, Ano 3, N. 9, Setembro 2010.

Aldo Neri, AAPS.

La política y la cuestión social. Análisis del caso argentino.

Ponto de Vista, Ano 3, N. 8, Agosto 2010.

Debora Thomé, IESP.

Bolsa Família. Um novo modelo de política da social democracia?

Ponto de Vista, Ano 3, N. 7, Julho 2010.

Daniela de Franco Ribeiro e Barbara Lamas, IESP.

Institutionality and development: pro markets reforms in Argentina and Brazil.

Ponto de Vista, Ano 3, N. 6, Junho 2010.

Sonia Draibe y Manuel Riesco, CENDA e UNICAMP.

Latin America: a new developmental Welfare State model in the making?

Ponto de Vista, Ano 3, N. 5, Maio 2010.

Ricardo Ortiz y Martín Schorr, UBA.

La rearticulación del bloque de poder en la Artentina post-convertibilidad.

Ponto de Vista, Ano 3, N. 4, Abril 2010.

Dora Orlansky e Nicolás Chuchco, UBA.

Gobernanza, Instituciones y Desarrollo. Exploraciones del caso de Argentina en el contexto regional, 1996-2008.

Ponto de Vista, Ano 3, N. 3, Março 2010.

Flavio Gaitán, IESP e UBA.

Reflexiones sobre las tensiones inherentes a las dinámicas de desarrollo.

Ponto de Vista, Ano 3, N. 2, Fevereiro 2010.

Renato Boschi, IESP.

Estado desenvolvimentista no Brasil: continuidades e incertidumbres.

Ponto de Vista, Ano 3, N. 1, Janeiro 2010.

Florencia Antía e Arnaldo Provasi Lanzara, IESP-UERJ.

Los procesos de reforma previsional en Chile, Brasil y Uruguay.

Ponto de Vista, Ano 2, N. 12, Dezembro 2009.

Krista Lillemets, Tallin University.

Development and Citizenship in the Semi-Periphery: Reflecting on the Brazilian Experience.

Ponto de Vista, Ano 2, N. 11, Novembro 2009.

Roberto Ribeiro Corrêa, Universidade Federal do Pará.

Discutindo e intuindo as novas dimensões da governança corporativa de um banco público regional em ambiente de crise financeira global

Ponto de Vista, Ano 2, N. 10, Outubro 2009.

Eduardo Gomes e Fabrícia Guimarães, UFF.

Como as Instituições contam: o apoio às pequenas e médias empresas no Brasil e na Argentina.

Ponto de Vista, Ano 2, N. 9, Setembro 2009.

Jaime Marques-Pereira e Bruno Théret, CNRS.

Mediations Institutionnelles de la Regulation Sociale et Dynamiques Macro-Economiques.

Ponto de Vista, Ano 2, N. 8, Agosto 2009.

Alejandra Salas-Porras, UNAM.

Basis of Support and Opposition for the Return of a Developmental State in Mexico.

Ponto de Vista, Ano 2, N. 7, Julho 2009.

Luiz Carlos Bresser Pereira, FGV.

Assalto ao Estado e ao Mercado, Neoliberalismo e Teoria Econômica.

Ponto de Vista, Ano 2, N. 6, Junho 2009.

Eduardo Salomão Condé, UFJF.

A Rota da Diversidade-Estado, Variedades de Capitalismo e Desenvolvimento.

Ponto de Vista, Ano 2, N. 5, Maio 2009.

Hernán Ramírez, Universidade Estadual de Londrina.

Arranjos empresariais, tecnocráticos e militares na política. Perspectivas comparativas entre Brasil e Argentina, 1960-1990.

Ponto de Vista, Ano 2, N. 4, Abril 2009.

João Francisco Meira e Thiago Rodrigues Silame, UFMG.
Institucionalização, Desenvolvimento e Governabilidade na Bolívia e no Paraguai.

Ponto de Vista, Ano 2, N. 3, Março 2009.
José Mauricio Domingues, IUPERJ.
Desenvolvimento e Dependência, Desenvolvimentismo e Alternativas.

Ponto de Vista, Ano 2, N. 2, Fevereiro 2009.
Yuri Kasahara, IUPERJ e FGV.
A Regulação do Setor Financeiro Brasileiro: Uma Análise Exploratória das Relações entre Estado e Setor Privado.

Ponto de Vista, Ano 2, N. 1, Janeiro 2009.
Wallace dos Santos de Moraes, IUPERJ.
Estado, Capital e Trabalho no Contexto Pós-neoliberal na América Latina-Algumas hipóteses de pesquisa.

Ponto de Vista, Ano 1, N. 5, Dezembro 2008.
Andrés del Río, IUPERJ.
El Proceso Político de Reformas Estructurales en la Argentina.

Ponto de Vista, Ano 1, N. 4, Novembro 2008.
Aldo Ferrer, UBA.
Perspectivas do Desenvolvimento da América Latina.

Ponto de Vista, Ano 1, N. 3, Outubro 2008.
Renato Boschi e Flavio Gaitán, IUPERJ.
Empresas, Capacidades Estatales y Estrategias de Desarrollo en Argentina, Brasil y Chile.

Ponto de Vista, Ano 1, N. 2, Setembro 2008.
Eli Diniz, UFRJ.
Rediscutindo a articulação Estado e Desenvolvimento no novo milenio.

Ponto de Vista, Ano 1, N. 1, Agosto 2008.
Carlos Henrique Santana, IUPERJ.
Bndes e Fundos de pensão. Inserção externa das empresas brasileiras e graus de coordenação.